

Sessões de julgamento do TRF1 passam a ser transmitidas em tempo real pelo YouTube

Justiça realiza consulta pública para fortalecer a proteção ambiental até quarta-feira, 19

Acompanhe as Transmissões de Julgamentos do TRF1 pelo YouTube



do vivo

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

A partir desta segunda-feira, dia 17 de agosto, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), com sede em Brasília e jurisdição sobre 14 Unidades da Federação, passa a transmitir as sessões de julgamento dos órgãos julgadores ao vivo também pelo canal oficial do TRF no YouTube. A iniciativa é mais uma inovação da Corte, pioneira na transmissão de seus julgados em tempo real na página do TRF1 na internet, desde 2004, por meio do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística (Sidjor).

Com isso, o TRF1 dá mais um passo na sua constante busca para aproximar o cidadão do Poder Judiciário. Agora, o público externo ganha mais uma opção para acompanhar, ao vivo, as sessões de julgamento públicas do seu interesse pelos canais dos órgãos julgadores no YouTube, plataforma já conhecida dos usuários.

Acesso – o acesso ao novo canal de transmissão pode ser realizado por meio do portal do TRF1 na internet ou diretamente no Canal do TRF1 no YouTube pelo canal do órgão julgador procurado.

Quem desejar assistir a uma sessão de julgamento deverá acessar o portal do TRF1 e clicar no ícone “Transmissão de Julgamento”, no menu “Acompanhe o TRF”. Após clicar no ícone, o usuário deve escolher à que sessão deseja assistir. Por exemplo: se você deseja visualizar a sessão que está ocorrendo no Plenário, clique em “Plenário” e, depois, selecione a opção “Público Externo”. A página direcionará o usuário, automaticamente, para o canal do órgão julgador selecionado.

Aniversariantes

Hoje: Roberval de Araujo Leao (3ª Vara), Reinaldo Saturnino da Costa Júnior (Juazeiro), Carlos Augusto Meideiros Nunes Junior (NUMAN) e Hortencia Silva Costa Moura (16ª Vara).

Amanhã: Ernesto Calixto Netto (Feira de Santana).

Parabéns!

Uma outra opção de acesso é escrever diretamente na barra de busca do YouTube o nome do órgão julgador desejado. Exemplo: se você deseja assistir à sessão de julgamento da 1ª Turma, deve digitar, “1ª Turma do TRF1”, sempre assim, com o numeral indicando a turma e a especificação “do TRF1”. O mesmo procedimento vale para o “Plenário do TRF1” ou “Corte Especial do TRF1”. A busca levará você a um filtro com a especificação do canal escolhido e você deve selecionar a opção. Estando no canal desejado, você poderá subscrevê-lo e ativar as notificações para ser avisado sempre que houver uma sessão daquele órgão julgador.

Segundo o supervisor da Seção Técnica e de Produção Audiovisual (Sepad) da Assessoria de Comunicação do Tribu-

nal (Ascom) e responsável pela implementação das transmissões pelo YouTube, Ramon da Silva Pereira, “como cada Turma terá seu próprio canal de transmissão de julgamentos, isso possibilitará o armazenamento de todas as sessões. Quem desejar assistir às sessões que já aconteceram, poderá buscar nas playlists, que são organizadas por mês, em que mês aconteceu a sessão”, explicou.

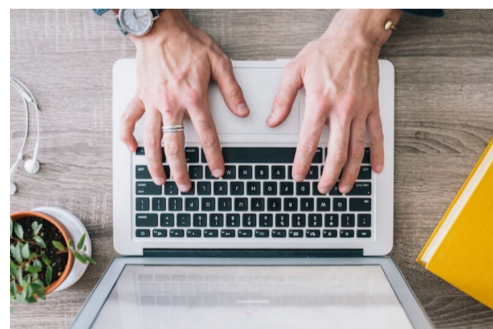
Para o público interno, o acesso permanece da mesma maneira. Já os participantes das sessões de julgamento, como advogados que desejem fazer sustentação oral, estes devem cadastrar-se diretamente com as coordenadorias das turmas. Os contatos estão disponíveis no portal do Tribunal, no banner Atendimento Virtual.

Mais informações relacionadas ao acesso podem ser obtidas pelo telefone 3314.5609.

TRF1 e as transmissões de julgamento: Em 19 de novembro de 2004, o TRF 1ª Região entrou para a história como o primeiro tribunal do País a transmitir todos os seus julgamentos pela internet. A iniciativa era parte do Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística (Sidjor) e colocou o Tribunal um passo à frente na constante busca por inovações que aproximem o cidadão do Poder Judiciário. Para ler a matéria de lançamento do Sidjor feita à época, acesse: <https://bit.ly/2EfLlvD>

Fonte: TRF1

Justiça Federal registra mais de 2,8 milhões de despachos em regime de trabalho remoto



A Secretaria de Estratégia e Governança do Conselho da Justiça Federal (SEG/CJF) divulgou, na quarta-feira (12/8/2020), o quadro de produtividade da Justiça Federal referente ao regime de trabalho remoto desenvolvido por servidores e magistrados, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O período analisado foi de 16 de março a 26 de julho, contabilizando 132 dias, com exceção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que começou o trabalho remoto em 20 de março e terminou em 26 de julho.

Durante o mencionado intervalo temporal, todas as instâncias e Regiões da Justiça Federal aplicaram juntas 1.295.208 sentenças, 1.848.162 decisões, 2.865.885 despachos e 49.032.306 movimentações processuais.

Para conferir os números específicos de cada instância e do TRF, acesse: <https://bit.ly/3iUm7VD>

Fonte: CJF



A Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, até quarta-feira (19/8), consulta pública para a sociedade propor metas e indicadores aplicáveis ao Poder Judiciário para garantir a preservação ambiental e enfrentar as mudanças climáticas. O Judiciário brasileiro é pioneiro, no mundo, na institucionalização da Agenda 2030 e indexação de sua base de dados com 80 milhões de processos a cada um dos 17 ODS.

As pessoas interessadas em contribuir devem enviar suas propostas por e-mail, conforme orienta o Edital de Convocação nº 001/2020 que pode ser consultado no link: <https://bit.ly/324aWma>. As manifestações podem trazer propostas de metas e indicadores ou protótipos de plano de ação, para apoiar a formulação de políticas judiciais sobre os ODS 13 – Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos, 15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade e 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Reunião pública - Na próxima sexta-feira (21/8), o CNJ realiza também uma reunião pública para debater a inserção dos três ODS na estratégia do Judiciário. O encontro virtual irá contar com integrantes do Sistema de Justiça, especialistas sobre direitos humanos e indicadores, professores e acadêmicos de mestrados e doutorados.

As entidades e profissionais que tem interesse em participar do debate precisam se inscrever até o dia 19 de agosto, no endereço <https://eventos.cnj.jus.br/inscricao-audiencia-publica-agenda-2030-ods-13-e-ods15>.

Fonte: CNJ